

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

O desafio da esquerda [The challenge of the left]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Reis Filho, Daniel Aarao
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-09 17:22:33
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163159

a mais conhecida elaboração de John Austin, mas que, diversamente desta, dá conta da capacidade intencional do ato, isto é, de seu direcionamento para um correlato objetual), justificando assim uma interpretação do direito que invalida a redução à história da esfera jurídica inteira e legitima a tarefa de aventurar-se na correspondente ontologia regional, em si concluída, que regula e sempre tem regulado juridicamente o nosso agir social, embora de modo ainda pré-normativo.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Entrevista da Semana

O DESAFIO DA ESQUERDA: ARTICULAR OS VALORES DEMOCRÁTICOS COM A TRADIÇÃO ESTATISTA-DESENVOLVIMENTISTA

Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho

*Por ocasião do Seminário Nacional A Era Vargas em questão, realizado recentemente aqui na Unisinos e promovido pelo IHU e PPG de História, esteve conosco o professor Dr. Daniel Aarão Reis Filho, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Daniel é graduado e mestre em História pela Université de Paris VII, da França, e é doutor em História Social pela USP, tendo sua tese o título As organizações comunistas e a luta de classes no Brasil - 1961-1968. Fez livre docência na UFF e sua monografia intitulou-se A crise dos projetos socialistas contemporâneos - a social-democracia e o socialismo soviético. Daniel Aarão Reis Filho ainda obteve dois pós-doutorados, sendo um pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, em Paris, na França, e outro pela Université de Paris VIII, também na França. É autor de **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; e **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. Dando continuidade às duas edições de número 111 e 112, o **IHU On-Line** entrevistou o professor quando da sua passagem pela Unisinos.*

IHU On-Line - A partir de um determinado legado getulista, como é possível a sociedade brasileira avançar, refletindo sobre esse legado?

Daniel Aarão Reis Filho - Em primeiro lugar, em relação ao legado, Getúlio Vargas representa um conjunto de tradições, como o projeto nacional desenvolvimentista, o projeto de afirmar e construir o Brasil. Há muitos que dizem que o Brasil foi inventado a partir de 1930, talvez seja um certo exagero, mas, sem dúvida, a partir de 1930 e, sobretudo durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, e mais uma vez depois no governo democrático de Getúlio, houve um investimento muito consistente na construção do estado nacional brasileiro. Foi todo um investimento na defesa da sua autonomia, da sua afirmação. Getúlio tem a ver com essa afirmação nacional do Brasil, que teve múltiplos aspectos. Não foi só o desenvolvimento econômico, mas também a afirmação de uma cultura nacional. Houve todo um investimento no rádio, no teatro, no patrimônio histórico nacional, no mito das três raças. Investiu-se na defesa do estado nacional e na defesa do Brasil como país, na instauração da auto-estima do brasileiro, orgulhoso de sua nacionalidade. Ou seja, as ações vão muito além do desenvolvimento econômico, que também, naturalmente, foi bastante afirmado. As grandes companhias estatais no mundo da economia, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Petrobrás - duas delas foram recentemente privatizadas -, durante muitos anos foram um símbolo da busca da autonomia desenvolvimentista. Então há essa tradição do desenvolvimento econômico do estado nacional, do Brasil como país. De outro lado, tem-se a

integração dos trabalhadores, como cidadãos, à legislação trabalhista. O símbolo disso é a Consolidação das Leis do Trabalho e, sobretudo no governo de 1950 a 1954, houve um investimento, que começou a partir de 1943, na mobilização e organização dos trabalhadores urbanos. A tradição getulista não alcançou o campo, embora no segundo governo, de 1950 a 1954, Vargas tenha começado a querer integrar a dimensão agrária, com a modificação das relações de trabalho no campo. Mas o peso, a força da tradição, foi mais consubstanciado na legislação trabalhista. Esse também é um aspecto muito importante da tradição varguista. Finalmente menciono, como projeção de tudo isso, o aparecimento do Brasil na cena internacional, com um estilo próprio, tentando dialogar de igual para igual com as grandes potências do momento. Vargas procurou brechas nas rivalidades dessas potências para fazer valer o interesse nacional. Ele também buscou uma dimensão em que o Brasil poderia se situar internacionalmente em uma experiência singular, que pudesse desempenhar algum tipo de liderança naquilo que, depois da Segunda Guerra Mundial, foi se chamar de Terceiro Mundo. Temos aí tradições muito fortes, que têm a ver com a modernização do Brasil.

IHU On-Line - Como a característica autoritária presente no governo Vargas se confronta com o sonho de democracia do povo brasileiro?

Daniel Aarão Reis Filho - Existem aspectos que nem sempre os admiradores de Getúlio gostam de lembrar, mas que é preciso lembrar, que é uma tradição basicamente autoritária. É uma tradição que está associada à ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, onde as oposições foram reprimidas, onde o Estado foi todo poderoso, onde houve censura à imprensa. O Departamento de Imprensa e Propaganda, o famigerado DIP, que desempenhou, no País, um papel simultaneamente de estímulo e repressão é símbolo disso. Embora Getúlio tenha sido eleito pela maioria do eleitorado em 1950, voltando ao Palácio do Catete nos braços do povo, a verdade é que essa tradição hierárquica, de cima para baixo, de transformações articuladas verticalmente, autoritariamente, é parte muito importante desse legado. O desafio atual da sociedade brasileira, é como lidar com esse legado. É possível, nos dias de hoje, de intensa globalização, de uma, cada vez maior, interdependência entre as economias e os estados, com a construção de megamercados e de comunidades supranacionais, manter aquela perspectiva de estado nacional autárquico e autônomo? É possível, nestes tempos atuais, manter o estado intervencionista? Até que ponto isso é essencial à preservação do País na sua identidade? Isso tudo hoje está sendo discutido. Por outro lado, até que ponto esse estado intervencionista traz com ele o autoritarismo? Não traz com ele, necessariamente, a tentação da ditadura, que é algo do qual a sociedade brasileira parece estar querendo se livrar? Desde os anos 1980, temos, apesar de todas as imperfeições, a construção de um projeto democrático. Pelo menos aparentemente, nenhum partido, nenhuma força política consistente, colocou em questão os valores democráticos que a sociedade brasileira vem tentando construir a partir dos anos 1980. Até que ponto esse legado varguista é compatível com uma sociedade que se aperfeiçoa do ponto de vista democrático?

IHU On-Line - Como o senhor analisa a projeção internacional de Vargas e suas negociações com os Estados Unidos e a Alemanha?

Daniel Aarão Reis Filho - Esse jogo do Estado Novo, essa política de barganha entre os Estados Unidos e a Alemanha nazista, tem que ser compreendida de vários ângulos. De modo geral, os admiradores da tradição de Getúlio gostam de apresentar apenas o aspecto de um jogo inteiramente ordenado e orientado em função dos interesses nacionais do Brasil, que estaria procurando encontrar uma brecha entre as grandes potências. Desse ponto de vista, o jogo é claramente legitimado pelos admiradores de Vargas. É importante lembrar certos

elementos que são muito importantes para compreender a conjuntura dos anos 1930 e início dos anos 1940, em que os valores liberais estavam profundamente enfraquecidos. Eles vinham sofrendo um processo de enfraquecimento antes da primeira grande guerra. Nesta, com a economia de guerra nas várias potências beligerantes, eles sofreram um recuo. Depois nos anos 1920, esses valores ganharam um novo alento. Em 1929, houve a grande crise introduzida pelo *crack* da bolsa de Nova Iorque. Isso enfraqueceu de modo fundamental o culto aos valores liberais. Isso aconteceu até nos Estados Unidos e na Inglaterra, que são grandes trincheiras dos valores liberais. Através do *new deal* do presidente Roosevelt, esses valores, de certo modo, foram redefinidos. A conjuntura dos anos 1930 é o contrário da conjuntura em que vivemos hoje. Aquela era uma conjuntura de desprestígio muito acentuada dos valores liberais. Ergue-se, como alternativa aos valores liberais, o corporativismo, que aparece na Europa Central e em vários países do Terceiro Mundo, inclusive aqui no Brasil. Aparece também o fascismo italiano, o nazismo alemão, e, finalmente, a economia planificada soviética, a ponto de certas lideranças intelectuais liberais dos anos 1930 acreditarem que o liberalismo estava destinado à extinção. É preciso repor nesse contexto o governo Vargas dos anos 1930, com o centralismo e a tentação autoritária. Dentro da equipe de Vargas é notório que havia pessoas que admiravam profundamente o sistema militar hierarquizado alemão. É o caso do general Góes Monteiro, que, embora sempre se dizendo antinazista, confessa claramente sua simpatia pelo *establishment* militar, com sua eficiência, ordem, hierarquia e autoridade, elementos centrais do ponto de vista do *establishment* militar alemão. E, além dessa simpatia que havia pelas tradições do exército alemão, pela sua organização, havia elementos dentro do governo Vargas que simpatizavam abertamente com os corporativismos mais autoritários e até mesmo com o fascismo italiano ou com o nazismo alemão. Era o caso, por exemplo, de Filinto Müller e Francisco Campos, um jurista que elaborou a constituição de 1937, copiada do regime corporativista polonês, e que, por isso, recebeu o nome "a polaca". Outros próceres importantes do governo Vargas não escondiam sua simpatia pelos regimes italiano e alemão, não apenas do ponto de vista da sua organização militar, mas da sua organização política. Essa barganha que Vargas opera nos anos 1930, não é apenas um Estado Nacional barganhando entre duas potências. É realmente um Estado Nacional que estava, de certo modo, dilacerado entre uma aliança com os Estados Unidos, não apenas com a potência Estados Unidos, mas com os valores que representavam, e a aliança com o nazi-fascismo, representada não apenas como uma potência econômica, mas como um modelo de valores. Portanto, o legado que essa política externa traz e é, muitas vezes, recuperado, é apenas do estado nacional barganhando entre duas potências. É preciso, no entanto, integrar a essa análise que havia ali não apenas um jogo para ver o que o Brasil podia levar de melhor na barganha entre os Estados Unidos e a Alemanha. Havia também uma dilaceração de preferências por modelos políticos ideológicos. Isso geralmente os admiradores de Vargas não gostam de lembrar, mas é preciso lembrar para se ter uma adequada visão da história.

***IHU On-Line* – O senhor considera que Getúlio Vargas teve inclinações nazi-fascistas?**

Daniel Aarão Reis Filho - Vargas, como personalidade, nunca pareceu ter uma empolgação com o nazismo ou com o fascismo. Ao contrário, sempre teve certas reservas claras. Vargas foi um homem ligado a uma tradição positivista, castilhistas, aqui do Sul do País, que é favorável à ordem, à hierarquia, mas também à justiça social, à integração social. Ele não precisava do fascismo para pensar como o fascismo, pensou a integração dos trabalhadores dentro de uma ordem corporativa. Vargas tinha uma tradição própria brasileira, gaúcha principalmente, que é a do positivismo, que oferece a ele esse quadro de referências que cultivou. Vargas nunca se empolgou com o fascismo brasileiro, assumido a partir dos anos 1930 pela Ação Integralista

Brasileira. Ele se aliou com essa facção, não reprimiu os seus próceres, alguns homens de confiança que tinham simpatias abertas pelo fascismo. Ele estabeleceu alianças com a ação integralista brasileira, sobretudo para eliminar o comunismo, a Aliança Nacional Libertadora. Depois, ele se livrou da Ação Integralista Brasileira em 1938, quando esta, insatisfeita pelo fato de que ele havia dissolvido os partidos políticos, tentou assaltar o poder e inclusive matá-lo. A partir daí, no entanto, apesar de se livrar da Ação Integralista, ele manteve as portas abertas para a aliança com o nazi-fascismo. Manteve também um conjunto de elementos do seu governo que tinham essa simpatia. Só muito mais tarde, já na Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil entra ao lado dos aliados, através da aliança estabelecida com os Estados Unidos, é que essas tradições, essas inclinações para o nazi-fascismo serão um pouco varridas para debaixo do tapete. Procurando resumir: Vargas, como líder, pessoalmente, não parece nunca ter tido nenhum empolgação com o nazi-fascismo, mas conciliou, cultivou e manteve, no seu governo, elementos que tinham essas inclinações, de sorte que sua política externa de barganha, de jogo entre potências, não pode ser vista apenas, insisto nisso, valorizando esse lado da afirmação nacional e de uma sociedade relativamente fraca que tenta, no jogo internacional, barganhar entre dois povos. Isso houve, essa dimensão existiu, mas não se pode esquecer a dimensão política, ideológica, cultural que fazia realmente o governo hesitar entre os valores liberal-democráticos e os valores do corporativismo, do nazismo e do fascismo.

IHU On-Line - Tendo negado o legado trabalhista, o senhor acha que a esquerda brasileira vai conseguir construir uma ponte, unindo o que Vargas deixou de bom às necessidades futuras da nação?

Daniel Aarão Reis Filho - As esquerdas brasileiras, desde os anos 1980, com a redemocratização do País, enfrentam esse grande desafio. Como articular essa tradição nacional estatista-desenvolvimentista, com a opção por um desenvolvimento econômico sustentado por um desenvolvimento integrador? Como resgatar essa tradição, articulando-a com os valores democráticos que se tornaram o patrimônio das esquerdas brasileiras a partir dos anos 1980? As esquerdas brasileiras tinham antes dos anos 1980, como todas as forças políticas brasileiras e, sobretudo como as direitas, valores autoritários, onde a democracia era considerada apenas um instrumento para chegar ao poder. As esquerdas brasileiras começam, a partir dos anos 1980, cultivar e elaborar os valores democráticos. O grande desafio é saber se é possível e como fazer para articular essa tradição nacional estatista-desenvolvimentista com os valores democráticos, presentes em segmentos importantes da sociedade brasileira, sobretudo entre as camadas mais populares, que se mantêm muito ligadas a essa tradição nacional estatista. As pesquisas recentemente realizadas flagram a permanência da popularidade de Getúlio Vargas. Ele e a princesa Isabel, associada ao abolicionismo, são duas figuras na história do Brasil que se mantêm no imaginário popular com muita força. É possível resgatar essa tradição combinando-a com os valores democráticos? Esse é o grande desafio, porque, de modo geral, essa tradição nacional estatista-desenvolvimentista foi associada historicamente no Brasil ao autoritarismo, a formas ditatoriais de controle da sociedade e do pensamento. Como resgatar isso sem esquecer os valores democráticos? Essa é a questão que as esquerdas brasileiras terão diante de si ao longo do século XXI, ou pelo menos nas primeiras décadas do século XXI.

[\(Voltar ao índice\)](#)